

UM ESTUDO DAS CLASSES ECONÔMICAS NO BRASIL: A FORMAÇÃO DE UMA “NOVA CLASSE MÉDIA.”¹

Ms. Luciano Tiago Bernardo
Doutorando em Geografia-UFU
Docente no Instituto Federal de São Paulo-IFSP
ltbernardo@ifsp.edu.br

Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps
Doutora em Geografia-Unesp
Docente na Universidade Federal de Uberlândia-UFU
gdgumiero@ig.ufu.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar as classes econômicas no Brasil e identificar as alterações ocorridas em suas composições nos últimos anos.

Recentemente, o mercado consumidor brasileiro de bens e serviços tem passado por profundas alterações. Estas alterações podem estar relacionadas às mudanças ocorridas na composição dos estratos das classes econômicas, principalmente a partir da implantação do Plano Real. Neste artigo, considera-se que as modificações nos estratos das classes econômicas foram influenciadas por três fatores.

O primeiro deles diz respeito à estabilidade econômica, ou seja, a drástica redução da inflação e do chamado imposto inflacionário que penalizavam a população, principalmente de menor renda, pela dificuldade de acesso que essa tinha ao sistema financeiro. Outro motivo está relacionado aos projetos sociais governamentais (dentre eles destaca-se o Bolsa Família). Para vários autores, o Programa Bolsa Família foi e continua sendo um importante instrumento de política social do governo federal, objetivando a redução da pobreza e a melhoria da distribuição de renda. Por último, pode-se citar a importância do aumento do setor terciário na economia, com relação aos setores primário e secundário, como causador da melhoria das condições econômicas para grande parte da população.

Importante salientar que, quando se analisa a variação das classes econômicas a partir da variável renda, muitos são os questionamentos sobre a definição de uma classificação. Como exemplo, para a Fundação Getúlio Vargas, a preços de julho de 2011, as classes econômicas podem ser classificadas em Classe E, com renda até R\$ 1.085,00; Classe D, com renda entre R\$ 1.085,01 e 1.734,00; Classe C, R\$ 1.734,01 a 7.475,00; Classe B, R\$ 7.475,01 a 9.745,00 e Classe A, com renda acima de R\$ 9.745,00.

Com relação às alterações nas composições, um enorme contingente da população tem ascendido de classe econômica, fazendo com que haja um aumento das classes A, B e C e uma diminuição das Classes D e E. Estas alterações são reflexo dos fatores citados inicialmente como a estabilidade econômica, os projetos sociais governamentais e o aumento do setor terciário na economia.

¹ Este artigo faz parte da pesquisa de doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia/Universidade Federal de Uberlândia (IG/UFU).

Considerando a classificação da Fundação Getúlio Vargas, num período compreendido entre os anos 2003 e 2009, aproximadamente 23 milhões de habitantes deixaram as classes D e E e, em grande parte, ascenderam à Classe C.

Essa Classe C, que vem aumentando gradativamente, possui um papel fundamental como agente político. Contudo, a influência dessa Classe, também chamada de “Nova Classe Média”, não ficará restrita ao campo político. Essas alterações em sua composição levarão a profundas alterações na dinâmica dos mercados consumidores de bens e serviços.

Palavras-chave: classes-econômicas; classe média; Bolsa Família

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o mercado consumidor brasileiro de bens e serviços tem passado por inúmeras alterações. Estas alterações podem estar relacionadas às mudanças ocorridas na composição dos estratos das classes econômicas, principalmente a partir de 1994, ano de implantação do Plano Real.

As modificações nos estratos das classes econômicas ocorreram por alguns fatores como os relacionados a seguir.

O primeiro deles diz respeito à estabilidade econômica, ou seja, a drástica redução da inflação e do imposto inflacionário² que penalizavam a população, principalmente de menor renda, pela dificuldade de acesso que essa tinha ao sistema financeiro.

Outro motivo que levou às alterações nas classes econômicas está relacionado aos projetos sociais governamentais (dentre eles destaca-se o Bolsa Família³). Segundo Assis & Ferreira (2010, p. 268) o Programa Bolsa Família “tornou-se importante instrumento, no âmbito da política social do governo federal, de redução da pobreza ou do hiato da pobreza e de melhoria da distribuição de renda no país”.

Por último, pode-se citar a importância do aumento do setor terciário na economia como causador da melhoria das condições econômicas para grande parte da população. O aumento deste setor ocorreu tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos, se comparado aos setores primário e secundário.

De acordo com dados levantados junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014), a importância do setor terciário destaca-se quando comparado aos demais setores, tanto na participação econômica, quando na geração de empregos. Conforme demonstrado a seguir:

2 Sobre imposto inflacionário ver mais a respeito em CYSNE (1994).

3 Implantado através da Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, configura-se como um programa de transferência de renda para famílias pobres e extremamente pobres (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, 2013). Ainda de acordo com o MDS atualmente o programa atende mais de 12 milhões de famílias.

Gráfico 1: Brasil: Participação dos Serviços no PIB (2003-2013)

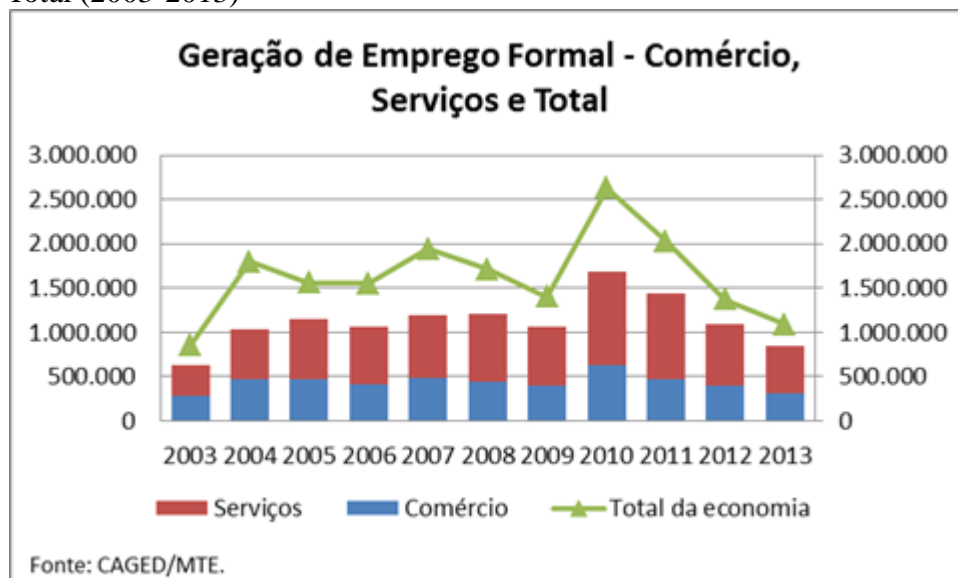


Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014). Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=4485>. Acesso em: 06 jan. 2015.

Através das informações contidas no Gráfico 1, percebe-se o aumento da participação dos Serviços no PIB brasileiro. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior esta participação passou de 64,7% em 2003 para 69,4% em 2013.

Já o Gráfico 2 demonstra a geração de Emprego Formal do Comércio e Serviços e o total gerado na economia.

Gráfico 2: Brasil: Geração de emprego formal – Comércio, Serviços e Total (2003-2013)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014). Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=4485>. Acesso em: 06 jan. 2015.

Ainda destacando a relação da melhoria das condições econômicas de grande parte da população ao setor terciário, Pochmann (2013, p. 167) corrobora esta importância ao afirmar que:

[...] estudos e pesquisas recentes indicam, cada vez mais, o engodo de se associar a ascensão nos rendimentos da população assentada na base da pirâmide social aos segmentos de classe média. Na realidade, trata-se do alargamento das classes trabalhadoras impulsionado pela ampliação do setor terciário da economia nacional.

Considerando os dois primeiros fatores, pode-se acreditar que eles tiveram importante impacto na redução da miséria de grande parte da população brasileira. Contudo, ao terceiro fator, que associa aumento de emprego e renda a partir da evolução do setor terciário na economia, pode ser atribuído o aumento da classe C no Brasil.

Dentre as classes que tiveram alterações, a mais perceptível em termos absolutos diz respeito à denominada classe C. Segundo Silva et al (2013, p. 2) “[...] verificou-se a partir de então um período de transição marcado pela ascensão das famílias brasileiras de baixa e média renda, tomando grandes proporções e gerando uma 'Nova Classe Média'.”

Estas alterações nas classes econômicas e o aumento da Classe C, ou de uma “Nova Classe Média”, serão tratadas a seguir.

DEFINIÇÃO DAS CLASSES ECONÔMICAS A PARTIR DA VARIÁVEL RENDA.

Antes de se analisar as alterações nas classes econômicas, faz-se necessário, inicialmente, levantar algumas das classificações para definição destas classes. Para a Fundação Getúlio Vargas/Centro de Políticas Sociais as classes econômicas são classificadas conforme abaixo:

Tabela 1: Definição das Classes Econômicas (renda mensal total familiar atualizada a preços de julho de 2011)

Classe	Limites (em R\$)
A	Acima de 9.745,00
B	7.475,01 a 9.745,00
C	1.734,01 a 7.475,00
D	1.085,01 a 1.734,00
E	Até 1.085,00

Fonte: Elaborado a partir de Neri (2012, p. 44)

Segundo a Tabela 1, famílias com renda mensal até R\$ 1.085,00 pertencem à Classe E. Famílias com renda familiar mensal de R\$ 1.085,01 até R\$ 1.734,00 são consideradas Classe D. Com renda familiar mensal entre R\$ 1.734,01 até R\$ 7.475,00, encontra-se a Classe C. A Classe B apresenta renda familiar mensal entre R\$ 7.475,01 até R\$ 9.745,00. Por último, a Fundação Getúlio Vargas/Centro de Políticas Sociais classificou a Classe A como famílias que possuem renda familiar média acima de R\$ 9.745,00.

Segundo outro critério, de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) assim podem ser divididas as classes econômicas:

Tabela 2: Renda média bruta familiar no mês (valores em 2011)

Classes	Valores em R\$
A	9.236,00
B1	5.241,00
B2	2.654,00
C1	1.685,00
C2	1.147,00
DE	776,00

Fonte: Associação...(2013). Disponível em: <http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=835>. Acesso em: 18 out. 2013.

Conforme observado na Tabela 2, diferentemente da Fundação Getúlio Vargas/Centro de Políticas Sociais, a ABEP não realiza as divisões das classes econômicas em A, B, C, D ou E, mas em A, B1, B2, C1, C2, DE. A ABEP também não se classifica as classes econômicas dentro de limites de médias mensais familiares, mas em renda média bruta familiar mensal. Para a Classe DE R\$ 776,00; para a Classe C2 R\$1.147,00; para a Classe C1 R\$ 1.685,00; para a Classe B2 R\$ 2.654,00; para a Classe B1 R\$ 5.241,00 e, por último, para a Classe A, renda média bruta familiar mensal de R\$ 9.236,00. Também enquanto que na primeira são demonstrados cinco tipos de classes econômicas diferentes, nesta segunda são demonstrados seis tipos.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) vinculada à presidência da República, por meio da Comissão para Definição da Classe Média do Brasil, também apresenta uma estratificação das classes econômicas conforme tabela a seguir:

Tabela 3: Renda familiar média (valores expressos em R\$ em abril de 2012)

Classe	Renda familiar média (R\$/mês)
Extremamente pobre	227,00
Pobres, mas não extremamente pobres	648,00
Vulnerável	1.030,00
Baixa classe média	1.540,00
Média classe média	1.925,00
Alta classe média	2.813,00
Baixa classe alta	4.845,00
Alta classe alta	12.988,00

Fonte: Secretaria de Assuntos Estratégicos (2013). Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?p=13425>. Acesso em: 15 out. 2013.

A classificação apresentada pela SAE ocorre de modo distinto das duas classificações demonstradas anteriormente. Nesta última, não são utilizadas as denominações de Classes A, B, C, D e E, como a utilizada pela Fundação Getúlio Vargas/Centro de Políticas Sociais. Também não segue as denominações da ABEP como A, B1, B2, C1, C2 e DE.

A SAE apresenta a seguinte divisão das classes econômicas: Extremamente pobre, com renda familiar média de R\$ 227,00; Pobres, mas não extremamente pobres, com renda familiar média de R\$ 648,00; Vulnerável, com renda familiar média de R\$ 1.030,00; Baixa classe média, com renda familiar média de R\$ 1.540,00; Média classe média, com renda familiar média de R\$ 1.925,00; Alta classe média, com renda familiar média de R\$ 2.813,00; Baixa classe alta, com renda familiar média de R\$ 4.845,00 e, por último, Alta classe alta, com renda familiar média de R\$ 12.988,00.

Percebe-se também que enquanto a primeira classificação apresentava cinco tipos de classes econômicas e a segunda seis, nesta última são apresentados oito tipos de classes econômicas distintas.

Após demonstrado três distintos critérios de classificação, realizar-se-á a análise das mudanças ocorridas na estrutura econômica da população no Brasil. Estas podem ser verificadas na tabela abaixo:

Tabela 4: Mudanças na estrutura econômica da população no Brasil (2003-2009)

Evolução das Classes (em %)		Diferença populacional (números absolutos)	
A	40,99	A	3.253.636
B	38,51	B	3.391.694
C	34,32	C	29.063.545
D	- 11,63	D	-2.431.443
E	- 45,50	E	-20.481.069

Fonte: Elaborado a partir de Neri (2010, p. 12)

A partir de análises da tabela 4, percentualmente, a Classe A foi a que teve o maior aumento no período compreendido entre os anos 2003 e 2009, com um aumento de 40,99%. Em seguida, aparecem as Classes B, com 38,51% e C, com 34,32%, respectivamente.

No mesmo período, a Classe D apresentou uma diminuição de 11,63%, enquanto que a Classe E diminuiu em 45,50%.

Ainda considerando a tabela 4, analisando as alterações a partir de números absolutos, verifica-se que a Classe C, tratada aqui como “Nova Classe Média”, apresentou um crescimento populacional de 29.063.545. A Classe A teve um crescimento de 3.253.636 de pessoas e a Classe B também um crescimento em 3.391.694 de pessoas.

Ao contrário das Classes A, B e C, a Classe D teve uma diminuição de 2.431.443 de pessoas e, por último, a Classe E, uma diminuição de 20.481.069.

O AUMENTO DA CLASSE C.

Evidencia-se através dos dados demonstrados, que a diminuição das Classes D e E contribuiu no aumento da Classe C⁴, fazendo com que esta última aumentasse em quase 30 milhões de pessoas.

Apenas como referência, é como se toda a população de países como a Venezuela ou o Peru⁵ ingressasse em uma nova classe econômica. Segundo dados de Lima (2013), entre 2002 e 2012, este número é de cerca de 35 milhões de pessoas que passaram a integrar a classe média no Brasil.

Percebe-se que uma “Nova Classe Média” foi formada e esta terá um papel fundamental como agente político. De acordo com Santos (2004, p. 134) “[...] cada época cria novos atores e atribui papéis novos aos já existentes. Este é também o caso das classes médias brasileiras, desafiadas agora para o desempenho de uma importante tarefa histórica, na reconstituição do quadro político nacional.”

Contudo, a influência dessa “Nova Classe Média”, assim como das demais classes econômicas, não ficará restrita ao campo político. Essas alterações nas composições das classes econômicas no Brasil levarão a profundas alterações na dinâmica dos mercados consumidores de bens e serviços.

A “NOVA CLASSE MÉDIA” E O CONSUMO

Intensas alterações na formação das classes econômicas vêm ocorrendo no Brasil nos

4 Para Silva et al (2013) o aumento da classe C ocorre seguido de uma diminuição das classes D e E.

5 Segundo o IBGE-PAÍSES@ a Venezuela apresenta uma população de 30.851.343 em 2014 e o Peru de 30.769.077, também em 2014.

últimos anos. Segundo Abílio (2011, p. 2):

O período das duas gestões do governo Lula apresentou uma significativa mudança na composição da estratificação por renda da sociedade brasileira. A redução dos índices de pobreza possibilita hoje a referência a uma “nova classe média”, definida pelo engrossamento da chamada “Classe C”.

Concomitantemente a essas alterações nas classes econômicas, profundas modificações também ocorreram na demanda por bens e serviços que o mercado oferece.

Para Abílio (2011, p. 2) “Em termos do mercado consumidor, o crescimento da ‘classe C’ se traduziu em um aumento extremamente significativo das taxas de consumo de determinados bens historicamente associados aos padrões de vida de classe média.”

Quanto à variação do consumo, constata-se um gradativo aumento do consumo por bens e serviços no Brasil de tal modo que “é possível verificar que nos últimos anos o consumo representa mais de 70 % do PIB” (PALOMBO, 2011, p. 2).

Ainda segundo Palombo (2011), dada esta representatividade do consumo junto ao PIB⁶, o primeiro tem papel relevante no crescimento econômico, o que justifica seu estudo, além de possibilitar compreender os determinantes de um novo padrão de consumo no Brasil.

Não apenas no Brasil, mas na maioria dos países, pode-se afirmar que o consumo é uma das variáveis macroeconômicas de maior importância, dada sua importância para o crescimento econômico (PALOMBO, 2011).

Ao se estudar as alterações no consumo de uma determinada população, torna-se imprescindível fazer uma análise da cultura do consumo desta mesma população.

O que se tem verificado nas últimas décadas é a consolidação de uma cultura extremamente voltada ao consumo, bem como sua massificação. A cultura de massa, dessa maneira, contribui para a criação de um exército industrial de consumo (GONÇALVES, 2008).

Para Gonçalves (2008) essa cultura de massa favorece o surgimento de uma indústria cultural em que, para o autor, essa indústria:

[...] torna-se importante instrumento de poder, dado que detém a capacidade de canalizar forças para massificar e padronizar modelos de consumo e de pensamento ao mesmo tempo em que reconhece e assimila a diversidade e a pluralidade. A cultura de massa cultiva uma heterogeneidade coerente na qual o fator de identidade é o consumo e o de integração é o mercado. (GONÇALVES, 2008, p. 26)

Muito se fala sobre consumo, mas o estudo deste tema é algo complexo, que envolve inúmeras áreas. Para autores como Slater (2002, p. 12), a cultura do consumo não é apenas um campo de estudo, mas uma “[...] miscelânea de disciplinas, metodologias e políticas inter-relacionadas.”

Ainda segundo Slater (2002, p. 12), a cultura do consumo “[...] designa um acordo social onde a relação entre a cultura vivida e os recursos sociais entre modos de vida significativos e os recursos materiais e simbólicos dos quais dependem, são mediados pelos mercados.”

O aumento na demanda por bens e serviços (como citado anteriormente) se dá também nos demais “bens” que as cidades podem oferecer como saúde, lazer, cultura, enfim, qualidade de vida. O direito à qualidade de vida tem sido respeitado? Tem sido consumido pelas classes econômicas como um todo?

Para Lefebvre (1991) as pessoas não devem ter a cidade como um local para sobreviver, mas para viver, num sentido maior e superior com relação a todos os atributos que as cidades podem proporcionar. A qualidade de vida deve ser vista como um bem a ser consumido pelos

6 PIB: Produto Interno Bruto – somatório de toda a riqueza gerada em um país em determinado período de tempo e pode ser mensurado por três óticas: consumo, renda e dispêndio. No Brasil, o órgão oficial responsável pela sua mensuração é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

cidadãos em uma cidade sustentável⁷.

Num contexto de crescimento das cidades e das alterações nas classes econômicas, as inserções das segundas devem ser pensadas na relação dialética proposta por Lefebvre (1991) na qual a sociedade interfere na cidade e a cidade interfere na sociedade.

A questão do consumo, bem como a cultura ao consumismo, são temas de extrema importância a serem estudados. Não apenas do ponto de vista de bens e serviços que são ofertados, mas também em uma visão mais ampla de consumo da própria cidade.

Através de análises nas alterações nas classes econômicas, pode-se compreender as modificações ocorridas no consumo dos bens e serviços ofertados, como também das demandas que as referidas classes fazem pelos bens públicos dentro de um contexto de conflitos de interesses inseridos nestas mesmas classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos as classes econômicas no Brasil vêm passando por significativas alterações. Enquanto as Classes A, B e C tem apresentado um aumento de pessoas, as Classes D e E uma diminuição.

Se, percentualmente, a Classe A apresentou um maior aumento dentre as demais, em números absolutos o aumento da Classe C foi um fenômeno, com aproximadamente 30 milhões de pessoas.

A Classe C vem se consolidando no Brasil e esse aumento ocorre principalmente pela inclusão de pessoas oriundas das classes D e E. Neste artigo esta nova classe fora denominada de “Nova Classe Média”.

Concomitantemente ao aumento dessa nova classe, também surgiu um aumento da demanda tanto de produtos e serviços ofertados na cidade, quanto um aumento da demanda pela cidade.

Esse aumento da demanda pela cidade diz respeito aos serviços públicos como educação, saúde, transporte, dentre outros. Também bens públicos como praças, parques etc devem ser considerados. O que se tem percebido é que as cidades ainda estão aquém das condições de ofertar o que esta nova classe citada deseja.

Muito ainda tem a ser estudado tanto das novas demandas da “Nova Classe Média” quanto da capacidade que as cidades têm de ofertar o que esta nova classe deseja, mas a sociedade em geral e o poder público devem estar cientes que o direito à cidade deve ser respeitado e considerado na elaboração das políticas públicas a serem implementadas.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. A “Nova Classe Média” vai ao paraíso? In: I circuito de debates acadêmicos/CODE, 2011, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area11/area11-artigo7.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

ASSIS, S. G.; FERREIRA, J. Usos, potencialidades e limitações do cadastro único no subsídio às políticas sociais para a população de baixa renda. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010. p. 213-248

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critério de Classificação Econômica Brasil, 2013**. Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 01/01/2013. Disponível em: <<http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=835>>. Acesso em: 18 out.

7 Por cidade sustentável entende-se aquelas que se desenvolvem de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. Sobre cidade sustentável ver mais a respeito em REDE NOSSA SÃO PAULO (2012).

2013.

CYSNE, R. P. Imposto inflacionário e transferências inflacionárias no Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol. 14, nº3 (55), 1994. p 121-128.

GONÇALVES, S. C. Cultura e Sociedade de Consumo: um olhar em retrospecto. **inRevista**. Ribeirão Preto, ano 3, nº 5, 1º ed., 2008. p. 18-28..

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2014**. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2704>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. **IBGE-PAÍSES@**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php>. Acesso em: 18 dez. 2014.

LEVEBvre, H. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

LIMA, T. C. C. **A nova classe média brasileira: ter para pertencer**. Monografia. Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Importância do Setor Terciário**. <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=4485>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família: transferência de renda a apoio à família no acesso à saúde e à educação**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/secretaria-nacional-de-renda-de-cidadania-senarc/cartilhas/bolsa-familia-2013-transferencia-de-renda-e-apoio-a-familia-no-acesso-a-saude-e-a-educacao/bolsa-familia-transferencia-de-renda-e-apoio-a-familia-no-acesso-a-saude-e-a-educacao>>. Acesso em: 20 out. 2013.

NERI, M. C. **De Volta ao País do Futuro: Crise Europeia, Projeções e a Nova Classe Média**, Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2012.

_____. (Coord.). **A Nova Classe Média: O Lado Brillhante dos Pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

PALOMBO, P. E. M. Fatores determinantes da trajetória do consumo no Brasil Pós Plano Real. In: XIV Seminários em Administração/SemeAd, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/25.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

POCHMANN, M. Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média. In: BALTERT, D. D. (Org.). **A “Nova Classe Média” no Brasil como Conceito e Projeto Político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013. p. 156-170.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Programa Cidades Sustentáveis**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/downloads/publicacoes/publicacao-programa-cidades-sustentaveis.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2013.

SANTOS. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. **Relatório de definição da classe média no Brasil.** Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=13425>>. Acesso em: 15 out. 2013.

SILVA, A. P. S. et al. A Nova Classe C: Alterações de Consumo e seus Efeitos Regionais. In: XVI Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC SUL, 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/sul/2013/submissao/files_I/i3-a531e9cc44cd876c0ee2a3e1908799a5.pdf>. Acesso em: 26 out. 2013.

SLATER, D. **Cultura do Consumo & Modernidade.** Tradução Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002.